

Política.

A109079



Ex-ministro diz que PR "não é lixo"

Ex-ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento se defende de acusações e critica governo Dilma por falta de apoio. **Pág. 23**

EM FUNDÃO RETORNO COM NOVA DENÚNCIA



Marquinhos é alvo de ação que aponta superfaturamento

■ **MARIANA MONTENEGRO**
mmontenegro@redgazeta.com.br

Com a expectativa de voltar hoje ao cargo por decisão da Justiça, o prefeito afastado de Fundão, Marcos Moraes (PDT), é alvo de nova ação civil pública por fraudes na administração, em mais um capítulo da Operação Tsunami. Na gestão de Marquinhos, segundo o Ministério Público Estadual (MPES), a prefeitura arrecadou mais de R\$ 550 mil com superfaturamento no serviço de transporte escolar – valor distribuído entre beneficiários do esquema.

Com base nessas investigações, o MPES, por meio do promotor Fábio Halmosy Ribeiro, solicitou novo afastamento do prefeito e do vice, Ademir Loureiro (PSC) – que já está fora da prefeitura.

“O gestor do recurso é o prefeito e as fraudes ocorreram porque ele e o vice permitiram”, justificou o promotor.

Na ação, Fábio Ribeiro



FOTOS: BERNARDO COUTINHO

O Ministério Público quer manter Marquinhos afastado da Prefeitura de Fundão

aponta que “existia na administração municipal de Fundão uma verdadeira organização criminosa voltada para o desvio de dinheiro público, beneficiando interesses particulares, e uma das linhas de

atuação se encontrava no transporte escolar”. Ainda na ação, Marquinhos é identificado como “o grande líder da organização criminosa”.

Além de aditivos que fizeram o contrato inicial

com a empresa responsável pelo transporte escolar saltar de R\$ 30 mil mensal para R\$ 53,46 mil por mês, o MPES apurou um superfaturamento na contagem dos quilômetros contratados e os de fato percorri-

dos pelos veículos.

Para um trecho de apenas 12 quilômetros, por exemplo, o contrato registrava 96 quilômetros, oito vezes a mais. No total, o contrato tinha uma diferença de 528 quilômetros entre a distância real e a supostamente percorrida.

A ação ajuizada pelo Ministério Público envolve ainda os sócios-proprietários da empresa KR, Kátia Regina da Silva Fraga e Jovane Luis Nascimento Fraga – ele foi preso no início da Operação, em 27 de maio –; a ex-controladora-geral do município, Maria Aparecida Vieira Carreta; o ex-secretário de Educação Ueliton Luiz Tonini; e o ex-chefe do setor de transporte escolar João Magno Grazzioti.

O MPES também solicita o ressarcimento dos cofres públicos, perda de função pública, suspensão de direitos políticos, pagamento de multa e proibição de contratar com o poder público.

O LIXO

▼ **Operação Tsunami**
Em 27 de maio, em uma operação policial e do MPES, foram presos seis secretários por fraudes na administração em Fundão. Foram apresentadas irregularidades na contratação de empresa que recolhia lixo.

▼ **Improbidade**
O prefeito Marquinhos foi alvo de ação de improbidade que levou a seu afastamento. O presidente da Câmara, Anderson Gorza, assumiu o Executivo.

▼ **Retorno**
Na sexta-feira, o desembargador Willian Couto determinou o retorno de Marquinhos à prefeitura. O MPES recorreu.

▼ **Nova ação**
Ontem, Marquinhos foi alvo de nova ação por superfaturamento em contrato de transporte.

Ministério Público já recorreu da decisão do Tribunal

■ Além do afastamento do prefeito Marcos Moraes (PDT) pedido na nova ação por improbidade administrativa, o Ministério Público Estadual (MPES) recorreu da liminar concedida na última sexta-feira pelo desembargador Willian Couto – que determinou a recondução de Marquinhos ao cargo.

O procurador-geral de Justiça, Fernando Zardini, argumentou que “manter o prefeito no cargo é o mesmo que deixar o município na administração de pessoas que estão claramente interessadas em usurpar o erário”. O pedido será analisado pela Corte do Tribunal de Justiça do Estado (TJES).

Transporte escolar com problemas

■ Logo que assumiu a prefeitura, por conta das irregularidades apontadas, Anderson Gorza (PCdoB) suspendeu os contratos de transporte escolar. O serviço, porém, ainda

está prejudicado e alguns estudantes não conseguem ir para a escola. Neste semana, porém, deve ser realizada a contratação de empresa de kombi para o transporte.

Ontem, ainda sem serem notificados, o prefeito em exercício Anderson Gorza (PCdoB) seguia em agenda normal na administração municipal e Marquinhos aguardava para reassumir – ele não quis comentar a nova ação do MPES.

A expectativa é de que a comarca local cumpra a

decisão e reconduza Marquinhos ainda hoje.

Mas novas ações estão previstas para a próxima semana. O promotor Fábio Halmosy Ribeiro adiantou que existem outras duas empresas suspeitas no serviço de transportes. Os contratos envolveriam aluguel de veículos fantasmas, fraudes no transporte funerário além de festas superfaturadas.